



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº : 10140.003007/00-24
Recurso nº : 130.336
Acórdão nº : 302-37.920
Sessão de : 24 de agosto de 2006
Recorrente : MORIYOSHI FUKUDA
Recorrida : DRJ/CAMPO GRANDE/MG

ITR. SUJEITO PASSIVO.

Inviável a alegação de erro na eleição do sujeito passivo, conquanto, dentre outros elementos do processo, consta Auto de imissão de posse em favor do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, em 30 de julho de 1998, fazendo prova em desfavor do ora recorrente.

APROVEITAMENTO DO IMÓVEL.

Impossível a aceitação de Relatório de Vistoria do INCRA, para fins de redimensionamento do imposto, porquanto o indigitado relatório foi realizado posteriormente aos fatos geradores de que tratam as exigências fiscais ora discutidas, e não se reporta àquelas datas dos fatos geradores.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de ilegitimidade de parte passiva, argüida pela recorrente e no mérito, negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
Presidente

CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
Relator

Formalizado em: 19 SET 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Elizabeth Emílio de Moraes Chieregatto, Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro, Mércia Helena Trajano D'Amorim, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Luis Antonio Flora e Luis Alberto Pinheiro Gomes e Alcoforado (Suplente). Ausente o Conselheiro Paulo Affonseca de Barros Faria Júnior. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

RELATÓRIO

Adoto o relato do órgão julgador de primeira instância, com as devidas aduções:

“Trata o presente processo do auto de infração de fls. 03/09, através do qual se exige do contribuinte, acima identificado, o pagamento de R\$ 368.037,85, a título de Imposto Territorial Rural – ITR, relativos aos exercícios de 1997 e 1998, acrescido de juros moratórios e multa de ofício, em razão do interessado não ter apresentado as Declarações de Informações - DIAT, referentes aos dois exercícios, bem como não ter pagos os impostos incidentes no imóvel rural denominado Fazenda Santo Antônio do Anastácio, com área total de 2.060,9 ha, número do imóvel na Receita Federal 6014830.6, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti – MS.

2. O Auto de Infração teve como base a pesquisa no Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA às fls. 10/14, haja vista omissão de entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DITR/1997 e 1998.

3. Cientificado do Auto de Infração, conforme AR de fl. 15, o contribuinte apresentou às fls. 20/24, impugnação, aduzindo, em síntese que:

3.1 Por força de decisão judicial, prolatada nos autos de Manutenção de Posse nº 92.6020062-8, pelo Douto Juiz de Direito da Comarca de Aquidauana/MS, não se encontrava mais na posse do imóvel, desde 20/12/1996, a qual foi transmitida para Célio Senedese e sua mulher;

3.2 A partir de 20/12/1996, o responsável pelo pagamento do tributo é Célio Senedese e sua mulher Uyara Grudum Jatahy Senedese reintegrados na posse do imóvel;

3.3 Além disto, o imóvel foi declarado de interesse social, conforme Decreto Presidencial de 28/05/1998, para fins de reforma agrária, na qual foi imitido na posse o INCRA, em 30/07/1998;

3.4 Comprovada a ilegitimidade passiva, deverão ser intimados e citados Célio Senedese e sua mulher Uyara Grudum Jatahy para responderem aos termos do procedimento fiscal;

3.5 Questiona, também, o valor da tributação, em face da área utilizada de, apenas, 64,2 hectares, considerada no Auto de Infração, porém, de acordo com o Relatório de Vistoria do INCRA, realizado em 03/02/1998, consta que o imóvel possui 1.253,9 ha de pastagens, 253,0 ha de lavoura e 9,2 ha de pomar, totalizando 1.498,1 ha de área utilizada;

3.6 Por último requer sejam acolhidas as preliminares de ilegitimidade passiva, com o objetivo de exclusão de seu nome da relação processual;

3.7 Sejam intimadas ou citadas Célio Senedese e sua mulher Uyara Grudum Jatahi para integrarem o polo passivo do processo, por serem responsáveis pelo pagamento do tributo, pois se encontravam na posse do imóvel, por ordem judicial, em 20/12/1996;

3.8 Seja reexaminado o cálculo do tributo, levando em conta a área utilizada de 1.498,1 ha, conforme vistoria do INCRA;

3.9 Seja excluída a tributação referente ao período de 1998.

4. Anexa à impugnação os documentos de fls. 25/65, entre outros, a Procuração, Autos de Reintegração de Posse e Autos de Imisão de Posse, Relatório de Vistoria e Avaliação do INCRA, Cópia do Decreto de 28/05/1998”

A DRJ em CAMPO GRANDE/MS julgou procedente o lançamento, emanando o acórdão nos seguintes termos:

“Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Exercício: 1997, 1998

Ementa: CONTRIBUINTE DO ITR.

O contribuinte do ITR é o proprietário do imóvel rural, titular do seu domínio útil ou seu possuidor de direito por usufruto ou a qualquer título.

O contribuinte do ITR entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informações e Apuração do ITR – DIAT, correspondente a cada imóvel observada data e condições fixadas pela Secretaria da Receita Federal.

A apuração e pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se à homologação posterior.

PROVA.

Cumpre ao contribuinte instruir a peça impugnatória com todos os documentos em que se fundamentar e que comprovem as suas alegações.

Lançamento Procedente.”

Processo nº : 10140.003007/00-24
Acórdão nº : 302-37.920

Discordando da decisão de primeira instância, o interessado apresentou recurso voluntário, fls. 92 e seguintes, onde repisa os argumentos expendidos no primeiro grau, requer a ilegitimidade passiva para o pagamento do tributo e ad argumentandum tantum, requer a aceitação do Relatório de Vistoria do INCRA, realizado em 03/02/1998, no qual consta que o imóvel possui 1.253,9 ha de pastagens, 253,0 ha de lavoura e 9,2 ha de pomar, totalizando 1.498,1 ha de área utilizada.

A Repartição de origem, fl. 69, considerando a presença do arrolamento de bens, encaminhou os presentes autos para apreciação deste Colegiado. ✓

É o relatório.

VOTO

Conselheiro Corintho Oliveira Machado, Relator

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

Preliminarmente, cumpre enfrentar a alegação de ilegitimidade passiva trazida novamente em sede recursal. O recorrente alega ser parte ilegítima no processo, pelo fato da posse do imóvel ter sido transmitida para Célio Senedese e Uyara Grudum Jatahy Senedese, conforme cópia do Auto de Reintegração de Posse de fl. 26. E, também pelo fato de o Decreto Presidencial, de 28 de maio de 1998, ter declarado o imóvel de interesse social para fins de reforma agrária, com imissão do INCRA na posse do imóvel na Ação de Desapropriação contra o interessado, em 30/07/1998.

A alegação foi oposta na primeira instância, e não foi acatada porque entendeu o Colegiado que:

“examinando os documentos apensados no processo, constata-se que o simples fato de o contribuinte ter anexado a cópia dos Autos de Reintegração de Posse à fl. 26, não comprova que ele perdeu definitivamente a posse do imóvel, pois não foram trazidos ao autos, cópia da sentença transitada em julgado ou a matrícula do imóvel com a devida averbação da transferência da posse para Célio Senedese e esposa. Além do que, a Ação de Desapropriação de fls. 28/31 proposta pelo INCRA foi contra Moriyoshi Fukuda, comprovando assim, que ele ainda continuou na posse do imóvel. Vem corroborar os fatos, a cópia dos Autos de Imisão na Posse de fl. 37, requerida contra o contribuinte. Portanto, superada as preliminares de ilegitimidade passiva, passaremos a análise do mérito do contencioso.”

Efetivamente, não assiste razão ao recorrente quando irresigna-se com tal conclusão, pois além de a posse não estar plenamente comprovada, é certo que para efeitos do ITR/1997, em qualquer caso, o imóvel haveria de ter sido declarado pelo recorrente, por quanto mesmo sendo acatado o documento de fl. 26 (Auto de reintegração de posse a partir de 20/12/1996), os novos possuidores somente a teriam durante 12 dias do período de apuração do imposto. Demais disso, o Auto de imissão de posse em favor do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, em 30 de julho de 1998, fl. 38, e em desfavor do ora recorrente, faz prova contra o próprio. Isso tudo sem levar em conta que o fato gerador do ITR não é somente a posse, mas também a propriedade, e quando há pendengas judiciais em torno da posse, deve-se ✓

Processo nº : 10140.003007/00-24
Acórdão nº : 302-37.920

prestigiar o primeiro instituto, para fins do imposto rural. Dessarte, não há como albergar a preliminar de ilegitimidade passiva.

Quanto ao requerimento de aceitação do Relatório de Vistoria do INCRA, para fins de redimensionamento do imposto, haja vista o melhor aproveitamento do imóvel, não vislumbro melhor sorte ao recorrente, porquanto o indigitado relatório foi realizado em 03/02/1998, posteriormente aos fatos geradores de que tratam as exigências fiscais ora discutidas (1º/01/97 e 1º/01/98), não se reporta àquelas datas dos fatos geradores, e bem assim, a única novidade foram as áreas plantadas e cultivadas, pois as áreas de preservação permanente e de reserva legal continuam sendo as mesmas dos anos anteriores.

No vinco do quanto exposto, entendo correto o lançamento lavrado pela autoridade fiscal, bem como o quanto decidido pelo órgão julgador de primeira instância.

— Voto por rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva; e no mérito, desprover o recurso.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2006

CORINTHO OLIVEIRA MACHADO - Relator